



PRODUÇÃO DE CONTEÚDO DIGITAL E CRIANÇAS AUTISTAS

PRODUCTION OF DIGITAL CONTENT AND AUTISTIC CHILDREN

Henrique de Lima Baena da Silva¹
<https://orcid.org/0009-0009-1656-3098>

Karina Marcon²
<https://orcid.org/0000-0002-3842-5296>

Solange Cristina da Silva³
<https://orcid.org/0000-0001-5479-4879>

Resumo:

Este artigo socializa uma síntese dos resultados de uma pesquisa de mestrado cujo objetivo foi promover o uso das mídias digitais pelas crianças autistas para a construção de conteúdo digital no *YouTube* em uma escola de Santa Catarina. Em um contexto de ascensão das mídias digitais na atualidade, é preciso discutir a perspectiva de reprodução e consumo no uso das tecnologias digitais. Esse quadro se torna ainda mais preocupante com a presença das *fake news* nas redes. Sendo assim, para impulsionar práticas inovadoras em ambiente escolar que estimulem a produção de conteúdo pautadas nos princípios da educação inclusiva, e com o intuito de contribuir com uma perspectiva de apropriação crítica das tecnologias, levanta-se o seguinte problema de pesquisa: como conscientizar as crianças sobre os riscos das *fake news* para a sociedade e as diferentes formas de combatê-las? Como objetivo principal, este estudo pretende compartilhar uma experiência prática de inclusão digital com a produção de conteúdo *on-line* para a plataforma *YouTube*, na intenção de oportunizar diferentes abordagens de participação nas redes, focalizando atenção nos adventos das *fake news*. A metodologia utilizada foi a pesquisa participante, inspirada nos princípios do PesquisadorCOM, que atribui protagonismo aos partícipes da pesquisa e os coloca como coautores em uma produção compartilhada. Iniciou-se com uma pesquisa bibliográfica sobre o tema e, posteriormente, realizou-se a pesquisa de campo. Como resultado, as crianças autistas produziram um vídeo educativo sobre as *fake news*.

Palavras-chave: crianças autistas; inclusão digital; produção de conteúdo *on-line*; *YouTube*.

Abstract:

This article socializes the results of a master's degree research, which the objective was to promote the use of digital media by autistic children to create digital content on YouTube in a school in Santa Catarina. In a context of the rise of digital media today, it is necessary to discuss the perspective of reproduction and consumption in the use of digital technologies. This situation becomes even more worrying with the presence of fake news on the internet. Therefore, to promote

¹ Professor efetivo do Estado de Santa Catarina e Município de Araquari, Joinville/SC, Brasil.

² Professora associada da Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC), Florianópolis/SC, Brasil.

³ Professora da Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC), Florianópolis/SC, Brasil.

innovative practices in the school that stimulate the production of content based on the principles of inclusive education and with the aim of contributing to a perspective of critical appropriation of technologies, the following research problem arises: how to raise awareness among children about the risks of fake news for society and the different ways to combat it? As a main objective, this study intends to share a practical experience of digital inclusion with the production of online content for the YouTube platform, with the intention of providing different approaches to participation in networks, focusing attention on the advent of fake news. The methodology used was participatory research inspired by the principles of PesquisARCOM, which gives protagonism to research participants and places them as co-authors in a shared production. We started with bibliographical research on the topic and later carried out field research. As a result, these autistic children produced an educational video about fake news.

Keywords: autistic children; digital inclusion; online content production; YouTube.

INTRODUÇÃO

No mundo globalizado, estamos imersos em um contexto digital de grande representatividade no cotidiano, principalmente com a popularização dos *smartphones* e o amplo acesso à internet. Essas Tecnologias Digitais de Rede (TDR) nos colocam em uma posição de consumo nos mais variados aspectos, seja para lazer, compras, entre tantas outras possibilidades. Essas diferentes formas de interagir com o mundo demarcam a atual sociedade, e tal realidade foi nomeada por Pierre Lévy de “Cibercultura” (Lévy, 2010). Lemos (2003, p. 1) ressalta que ela pode ser definida como “[...] a cultura contemporânea marcada pelas tecnologias digitais”. A cibercultura, então, promove um novo espaço de participação social fortemente influenciado pelas TDR, em que “[...] pela primeira vez, qualquer indivíduo pode, a priori, emitir e receber informações em tempo real” (Lemos, 2003, p. 3). Teixeira (2005) aponta que, nesse contexto, as pessoas apropriam-se desse espaço como emissores em posição de permanente recepção (de conteúdo), isto é, participam e interagem em uma posição passiva de subutilização das TDR. Sobre esse aspecto, Marcon (2008, p. 27) aponta que “[...] o indivíduo se apropria dessas tecnologias de forma acrítica, e não como um participante ativo de tal processo que precisa ser modificado”.

Para alterar essa dinâmica de reprodução e consumo, a escola, sob os princípios da educação inclusiva, precisa se reinventar e atribuir novos significados e compreensões sobre a utilização das TDR, atribuindo protagonismo ao estudante e permitindo que assumam uma posição de produtores de conhecimento, tirando-os do papel de passividade e colocando-os em um processo de inclusão digital que permita autoria, colaboração e, principalmente, a construção de saberes (Marcon, 2008).

Ao analisar esse cenário, é inegável a influência das TDR na vida dos estudantes, em especial das crianças, foco da presente pesquisa. Por essa razão, a escola não pode estar aquém dessa realidade e, por esse motivo, é importante compreender o papel que o corpo docente está assumindo para transformar esse paradigma, pois como infere Malaggi (2020, p. 58), a mera inserção dessas tecnologias não pode estar pautada em argumentos como “[...] modernização, progresso e inovação”. Em consonância, Goedert e Arndt (2020, p. 116) afirmam que “[...] a simples presença das tecnologias digitais não promove mudanças no processo educacional”. Exclui-se, então, a ideia de que oportunizar acesso à internet e aos recursos tecnológicos esteja garantindo, de fato, a inclusão digital. Gómez (1998) já afirmava que as tecnologias digitais, quando não aplicadas com os propósitos da inclusão digital, não trariam resultados satisfatórios

para a aprendizagem, pois garantiriam apenas uma formação técnica, acrítica e instrumental das TDR.

Por fim, em uma perspectiva inclusiva, o presente estudo garantiu que as crianças autistas participassem como protagonistas do processo de construção do produto educacional oriundo da pesquisa de mestrado profissional. Essa iniciativa vai ao encontro dos princípios do modelo social da deficiência (Diniz, 2007), o qual visa eliminar as barreiras que colocam as pessoas com deficiência em uma posição de inferioridade, e prima pela participação social e cidadã no mesmo nível de igualdade. Dessa forma, os direitos de aprendizagem das crianças autistas devem ser garantidos e o acesso ao conhecimento deve ser ofertado, considerando suas especificidades. Vale destacar que esta pesquisa foi aprovada pelo Comitê de Ética da Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC), por meio da Plataforma Brasil, com o parecer consubstanciado n.º 56508422.6.0000.0118.

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Historicamente, as pessoas com deficiência, conforme Gugel ([2007]), tiveram um percurso pautado na indiferença e na inexistência, sofrendo segregações e exclusões desde a Pré-história. Com o passar dos anos e uma trajetória que perpassou a exclusão, a segregação e a integração, hoje estamos caminhando numa proposta de inclusão que valoriza a diversidade e reconhece diferentes formas de ser e interagir com o mundo. Sobre esse assunto, Maior (2017, p. 20) destaca que “[...] as diferenças têm sido, por séculos, motivo de eliminação, exclusão e formas diversas de segregação das pessoas com deficiência, tomadas como risco à sociedade, como doentes e como incapazes”.

Para Januzzi (2006), até a década de 1980, a educação das pessoas com deficiência estava direcionada às instituições assistencialistas, como as Sociedades Pestalozzi e Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais (APAE), devido à omissão da educação pública em relação a esse grupo de pessoas. Essas instituições não tinham como foco a escolarização, mas sim a permanência das pessoas com deficiência em um ambiente alternativo. No entanto, em 1981, essas pessoas formaram um grupo identitário e puderam fazer suas reclamações e protestos, resultando em reivindicações contempladas em diversos capítulos da Constituição Federal Brasileira de 1988, que assegurou que a educação das pessoas com deficiência deveria ocorrer, preferencialmente, na rede regular de ensino. Essa prerrogativa determina os passos iniciais para a construção de uma diferente abordagem escolar para as pessoas com deficiência que, de acordo com Baptista (2013), deixaria de ser terapêutica e assistencial e abriria espaço para uma escola heterogênea, multicultural e que garantisse, de fato, a aprendizagem formal dos estudantes com deficiência. Glat, Pletsch e Fontes (2007, p. 344), sobre esse assunto, reiteram que “[...] a inclusão escolar só é significativa se proporcionar o ingresso e permanência do aluno na escola com aproveitamento acadêmico”, isto é, se tiver acesso ao currículo escolar.

As considerações anteriores são relevantes para demonstrar brevemente o percurso das pessoas com deficiência, evidenciando um caminho que perpassa diferentes abordagens de tratamento no decorrer da história, demarcado pela exclusão, seguido da integração e caminhando rumo à inclusão. Em uma iniciativa inclusiva, então, o presente artigo traz as crianças autistas como partícipes e protagonistas, inseridas em um processo de apropriação de conhecimento em

uma perspectiva ativa e colaborativa, sob o olhar do modelo social da deficiência, oportunizando que esses estudantes estejam em igualdade de acesso e participação em relação às crianças sem deficiência. Nesse contexto, segundo Silva, Gesser e Nuernberg (2019, p. 202), o autismo deve ser visto como “[...] uma condição para além do aspecto biológico, como uma das características da pessoa, dentre tantas outras importantes”. Esse viés contrapõe o modelo biomédico de compreensão da deficiência, que focaliza a atenção na lesão com a intenção de curar, ou tirar, a condição autística da pessoa, levando a práticas exclusivistas, e evidenciando práticas discriminatórias oriundas de teorias preconceituosas.

Toda essa discussão mostra-se fundamental para a inserção de práticas inclusivas em ambiente escolar. As estratégias pedagógicas ainda estão pautadas em um padrão normocêntrico, que pode ser compreendido como as condições “[...] que colocam a pessoa com autismo socialmente em desvantagem” (Silva; Gesser; Nuernberg, 2019, p. 194), sendo fortemente influenciado pelo modelo biomédico da deficiência. Consonante Mello (2014, p. 94), quando não inseridos no modelo considerado padrão e imposto pela sociedade, essas pessoas são consideradas incapazes “[...] de produzir, de trabalhar, de aprender, de amar, de cuidar, de sentir desejo”. Esses padrões normocêntricos são, portanto, responsáveis pelo preconceito e exclusão das pessoas com deficiência.

Consolidado ao modelo social da deficiência, os estudos da neurodiversidade trazem contribuições importantes acerca do assunto. Silva *et al.* (2019) afirmam que o autismo é apenas mais uma variação humana, uma maneira diferente de experienciar a vida, de pensar e se relacionar com os estímulos externos. Silva e Louzeiro (2022), ao dialogar sobre a inclusão de crianças autistas no contexto escolar, entendem que a perspectiva do modelo biomédico adotado pela maioria dos participantes desse espaço acarreta a reprodução de práticas que reduzem o aprendizado e dificultam o exercício da cidadania dos autistas. Dessa forma, as autoras apostam em estratégias pautadas no modelo social da deficiência e nos estudos da neurodiversidade, sugerindo a adoção de recursos de Tecnologias Assistivas, como, por exemplo, a Comunicação Alternativa e Aumentativa (CAA), o Desenho Universal para Aprendizagem (DUA), e as atitudes pautadas na ética do cuidado (Kittay, 2011) para a garantia de condições igualitárias de aprendizagem e abordagens anticapacitistas.

Sob a perspectiva de uma educação inclusiva, é necessário que todas as crianças – com ou sem deficiência – tenham a mesma oportunidade de aprendizagem. Na intenção de potencializar esse processo e contextualizar a realidade desses estudantes, que fazem uso frequente das mídias digitais, o uso das TDR demonstram resultados significativos quando aplicados a partir dos processos de inclusão digital. Vale ressaltar que o conceito de inclusão digital está muito além de garantir acesso e oferecer condições materiais de manuseio de tecnologias (Fantin; Girardello, 2009). Para Gómez (1998), a mera inclusão de tecnologias informáticas sem haver modificação do processo educativo é insuficiente. Raabe e Ribeiro (2016) afirmam que as escolas garantem a inserção de tecnologias com viés instrumental, sem uma intencionalidade pedagógica, apenas com intuito de modernizar o processo educativo e sem modificar a metodologia de ensino. Sobre esse assunto, Fantin e Girardello (2009, p. 83) reiteram que “[...] a inclusão digital digna desse nome envolve dimensões sociais, culturais, tecnológicas e intelectuais, a fim de favorecer formas de pertencimento e assegurar a participação efetiva das pessoas na cultura”. Ainda em harmonia com as autoras, deve-se pensar na inclusão como direito à cidadania digital, definido como uma “[...]”

proposta de mediação que assegure a possibilidade de uma apropriação crítica e criativa das tecnologias, visando à autoria dos sujeitos, sua inserção e participação na cultura” (Fantin; Girardello, 2009, p. 85). Contudo, para ocorrer uma inclusão digital de forma ampliada, contextualizada e significativa para a aprendizagem, os potenciais das TDR devem garantir aos estudantes um papel ativo e crítico que garanta a “[...] produção de conteúdos, da colaboração, da autoria e co-autoria” (Bonilla, 2010, p. 3), tirando-os de uma posição passiva de reprodução de conteúdo e tornando-os sujeitos ativos, como aponta Marcon (2015, p. 52), ao defender a ideia de que “[...] a interatividade, a inteligência coletiva, a diversidade e a necessidade de assumir-se como sujeito protagonista e produtor de conteúdos potencializa o exercício da cidadania na rede e invalida o modelo de reprodução e consumo”.

Sendo assim, o presente trabalho teve como propósito oportunizar processos de inclusão digital às crianças autistas por intermédio da produção de conteúdo em rede na plataforma *YouTube*. Consoante Marcon (2015), a inclusão digital perpassa por três eixos: 1) Apropriação/Fluência/Empoderamento Tecnológico; 2) Produção/Autoria individual/coletiva de conhecimento e de cultura; 3) Exercício da cidadania na rede. O segundo eixo, no entanto, permite que os estudantes criem possibilidades para apropriação crítica a partir da interação, participação e criatividade, podendo “[...] criar, produzir e compartilhar informações, conhecimentos e cultura” (Marcon, 2015, p. 101).

Diante do contexto político a qual a pesquisa ocorreu, mostrou-se relevante debater assuntos acerca da desinformação causada pelas *fake news* e os prejuízos trazidos à sociedade a partir delas. Para Allcott e Gentzkow (2017, p. 213), as *fake news* podem ser definidas como “[...] artigos de notícias que são intencionalmente e comprovadamente falsos e podem enganar os leitores”, e “[...] artigos que se originam em sites satíricos, mas que podem ser mal interpretados”. As pessoas, diante desse advento, não viam necessidade em checar a veracidade das informações que eram disseminadas em larga escala e que, de certa forma, tinham objetivos muito bem definidos para prejudicar, ou enaltecer, uma opinião. Sobre as *fake news*, Lemos (2021, p. 116) infere que as pessoas “[...] não querem checar nada, apenas reforçar estereótipos, ideologias e visões de mundo. Nessas bolhas, as fontes importam pouco”. Ainda conforme o autor, para minimizar esse problema, havia quatro possibilidades: a) ações educacionais; b) ações técnicas; c) ações jurídicas; d) quebra das cadeias de financiamento (Lemos, 2021). A primeira alternativa apontada pelo autor relaciona-se com as estratégias que a escola deve adotar para conscientizar as crianças (e a sociedade em geral) acerca desse assunto e, por essa razão, optou-se por essa temática para produção de conteúdo.

PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Em um primeiro momento, com o propósito de conhecer as produções científicas realizadas pela academia sobre o tema proposto, mostrou-se relevante uma Revisão Narrativa da Literatura na Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD). Foram encontrados 12 resultados com os seguintes descritores: “autismo AND mídias”, “autismo AND *YouTube* AND educação”, “autismo AND *fake news*”. Ao realizar as leituras, os trabalhos produzidos não trouxeram conteúdos diretamente interligados ao propósito de pesquisa, o que configura indícios de ineditismo referente ao assunto.

A abordagem da pesquisa foi do tipo qualitativa que, de acordo com Gerhardt e Silveira (2009, p. 32), tem as seguintes características:

Objetivação do fenômeno; hierarquização das ações de descrever, compreender, explicar, precisão das relações entre o global e o local em determinado fenômeno; observância das diferenças entre o mundo social e o mundo natural; respeito ao caráter interativo entre os objetivos buscados pelos investigadores, suas orientações teóricas e seus dados empíricos; busca de resultados os mais fidedignos possíveis; oposição ao pressuposto que defende um modelo único de pesquisa para todas as ciências.

O procedimento técnico norteador foi a Pesquisa Participante, pois aproxima e permite a interação entre o pesquisador e os participantes da pesquisa. A Pesquisa Participante, segundo Prodanov e Freitas (2013, p. 67),

[...] caracteriza-se pela interação entre pesquisadores e membros das situações investigadas. A descoberta do universo vivido pela população implica compreender, numa perspectiva interna, o ponto de vista dos indivíduos e dos grupos acerca das situações que vivem.

A escolha dessa técnica justifica-se pelo propósito em atribuir protagonismo às crianças autistas partícipes da pesquisa, colocando-as em uma posição de destaque e participação mútua nos processos envolvidos.

Para consolidar a Pesquisa Participante em uma perspectiva inclusiva, inspirou-se nos princípios do PesquisadorCOM, proposto por Marcia Moraes (2010), de forma que as crianças autistas tivessem o protagonismo e o destaque necessário para a criação do vídeo educacional sobre as *fake news*. Ferreira e Moraes (2016, p. 190) explicam a relação entre o pesquisador e o objeto diante desse tipo de pesquisa:

O *pesquisar com* implica em compreender o interlocutor da pesquisa como aquele que é necessariamente coautor irrefutável de todo o processo de produção de conhecimento que está posto em ação. Tal postura impulsiona um modo outro de estar no campo, modo não hierarquizado, mas preocupado no estar em sintonia *com* os interesses/desejos de todos os envolvidos. Isso não significa que a outridade do pesquisador desapareça, mas embasa um modo outro de ocupar este lugar, que não perde de vista a alteridade que une pesquisador e interlocutores, e que aposta numa produção de conhecimento *compartilhada*.

Os autores citados também apontam que a relação entre pesquisador e o sujeito a ser pesquisado precisa ser revista, pois coloca o pesquisador como “[...] detentor absoluto do saber”, e o pesquisado como “[...] dócil assujeitado que responde as questões de pesquisa” (Ferreira; Moraes, 2016, p. 189), focalizando os encaminhamentos metodológicos em fazer com o outro e não sobre o outro, sob um viés que não valoriza somente a escuta do outro e o que ele tem a oferecer e contribuir sobre o assunto, mas convida para fazer e construir junto.

Para participar do projeto, foram convidadas todas as crianças autistas matriculadas no 4º e 5º anos (dez crianças) da escola, por intermédio de um convite formal elaborado pelo pesquisador e entregue aos responsáveis para consentir o envolvimento no trabalho, apresentando toda a proposta, e justificando a importância da participação delas, assim como o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE). Em geral, os encaminhamentos metodológicos seguiram esta ordem cronológica: 1) Convite e aceite das crianças autistas; 2) Entrevista estruturada com as crianças sobre consumo de conteúdo na plataforma *YouTube* e concepções

acerca das *fake news*; 3) Observação sistemática dos vídeos mencionados durante a entrevista; e 4) Construção do vídeo educacional.

Por fim, as crianças autistas, em parceria com o pesquisador, tiveram oportunidade de vivenciar os processos de inclusão escolar, social e digital com a construção do produto educacional apresentado na sequência como resultado de pesquisa.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

O produto aqui descrito é resultado da pesquisa de mestrado intitulada “*Crianças autistas e mídias digitais: a produção de conteúdo no YouTube*”. Trata-se de um vídeo de animação com o intuito de conscientizar as crianças sobre a presença das *fake news* nas mídias digitais e oportunizar formas para checagem da veracidade de informações. Por se tratar de um mestrado profissional, o produto final foi a apresentação do vídeo intitulado “*Vídeo educativo sobre as fake news*”, que pode ser compreendido como uma possibilidade de material pedagógico para conscientizar as crianças acerca do assunto, visto a representatividade das *fake news* no contexto ao qual a pesquisa foi realizada.

Inicialmente, para dar encaminhamento à pesquisa e à construção do produto educacional, foi realizada uma entrevista estruturada com as sete crianças autistas que aceitaram e foram autorizadas pelos responsáveis legais a participar do projeto. Esse questionário tinha como objetivo coletar algumas informações relevantes, tais como: tempo em que essas crianças costumavam acessar a plataforma; qual tipo de conteúdo tinham o hábito de consumir no *YouTube*; a relação com os *YouTubers* e a influência deles em suas vidas; se já haviam produzido algum conteúdo para a plataforma; se tinham algum entendimento acerca das *fake news*. Sobre esse aspecto, a partir da análise das entrevistas e da observação sistemática dos vídeos, chegou-se às seguintes conclusões: em geral, os conteúdos mais consumidos pelas crianças estavam interligados aos games; devido à idade, ainda não haviam postado conteúdo na plataforma; havia um desejo unânime em ser *YouTuber* e gravar vídeos para a plataforma; todos tinham certo entendimento sobre as nuances das *fake news*.

Após o término das entrevistas e da coleta de dados sobre as preferências das crianças, iniciou-se o processo para a produção de conteúdo para o *YouTube*. Os primeiros encontros foram dedicados à escrita do roteiro para a animação do vídeo. Nessa etapa, segundo os princípios do PesquisadorCOM, proposto por Moraes (2010), as crianças tiveram participação ativa na caracterização dos personagens, construção da narrativa e os elementos ambientais que comporiam a animação. Enquanto isso, o pesquisador principal fazia as anotações e a edição do texto final para a próxima etapa, que seria a construção da animação.

A terceira etapa do processo foi a utilização do programa *Powtoon* para transposição do roteiro escrito em formato de animação. O *Powtoon* é um *software* que permite a manipulação de apresentações e produções de vídeo. Essa etapa teve grande representatividade para as crianças, pois puderam manipular as cenas, criar os personagens, adicionar textos, definir características, adicionar movimentos, escolher expressões faciais, enfim, inúmeras possibilidades. No início, algumas crianças demonstraram dificuldade para manusear o programa, mas com a prática e o auxílio do pesquisador principal, fizeram inúmeras descobertas. Vale ressaltar que esse processo potencializou neles o trabalho em equipe, o respeito ao próximo, a valorização da opinião do outro

e a busca pela solução de problemas quando levantavam hipóteses e buscavam, com autonomia, as possibilidades permitidas pelo *software*. A partir do momento em que as cenas de animação foram criadas, iniciou-se o processo de gravação das vozes dos personagens, que foram feitas também pelas crianças partícipes da pesquisa.

O Quadro 1 apresenta a descrição técnica do produto educacional desenvolvido, bem como seus objetivos e justificativa.

Quadro 1 – Descrição do produto educacional

DESCRIÇÃO DO PRODUTO EDUCACIONAL	
Título	Vídeo educativo sobre as <i>fake news</i> .
Característica	Material audiovisual interativo disponível na plataforma digital <i>YouTube</i> .
Recurso de Edição e Apresentação	<i>Software</i> de criação de animação <i>on-line Powtoon</i> . Disponível em: https://www.powtoon.com/ .
Disponibilização	https://youtu.be/gFvT1PSdfXA
Acessibilidade	Contextualização escrita das cenas do livro e caixa de libras.
Contextualização	A partir de um cenário representativo do uso das mídias digitais, principalmente após a pandemia da covid-19, que impulsionou a utilização de recursos tecnológicos nos mais variados âmbitos da sociedade, as crianças fizeram (e fazem) uso dessas ferramentas para diversas funcionalidades, desde recreação até fins escolares. Em meio a esse contexto, encontra-se um fenômeno que vem ganhando notoriedade no Brasil e no mundo: a propagação das <i>fake news</i> . As crianças, imersas nessa conjuntura, precisam ser estimuladas a problematizar as informações recebidas nas redes, filtrar esses conteúdos e checar a veracidade das notícias, buscando referências sólidas e confiáveis, com o intuito de minimizar a proliferação de notícias falsas na sociedade, contribuindo com uma sociedade mais justa e igualitária.
Objetivos	Conscientizar as crianças sobre a presença das <i>fake news</i> nos conteúdos que envolvem as plataformas digitais, instigando-as a questionar os discursos de caráter duvidoso e impulsionando-as a checar a veracidade das informações recebidas.
Justificativa	Partiu-se da necessidade em oportunizar às crianças processos de inclusão digital que garantissem o uso de recursos tecnológicos em uma perspectiva de produção de conteúdo, visto que esse público é pouco estimulado à utilização das Tecnologias Digitais de Rede (TDR) em ambiente educativo, principalmente porque a escola, onde a pesquisa aconteceu, não dispõe desses recursos. No período em que a escola esteve fechada, durante a pandemia da covid-19, por exemplo, o município não adotou nenhuma plataforma digital para garantir a aprendizagem das crianças. O período foi marcado pela produção de apostilas impressas formuladas pelos professores. Mesmo após o retorno presencial, não houve iniciativas de inclusão tecnológica na escola. Além disso, mostra-se como uma justificativa a massividade de propagação de <i>fake news</i> no contexto em que a pesquisa foi desenvolvida, daí surgiu a necessidade de trazer esse assunto para debate com as crianças e propor a criação de um vídeo narrativo sobre o tema, adaptado para o público infantil, e a socialização desse produto com a escola e a comunidade, a fim de que possa ser transmitido e utilizado como um recurso pedagógico para tratar dessa temática.

Fonte: Silva (2022).

A conclusão dessa etapa do trabalho teve forte relevância para as crianças partícipes e para o pesquisador principal, pois os estudos teóricos desenvolvidos sobre inclusão escolar de crianças autistas e processos de inclusão digital trouxeram subsídios para oportunizar a este público, que frequentemente são excluídas desse tipo de projeto (pela falta de sensibilidade dos educadores em reconhecer e valorizar as diferenças das crianças), a inclusão digital, estimulando a produção de conteúdo, autoria, e, principalmente, o protagonismo, tornando-os sujeitos ativos capazes de “[...] gerar as transformações necessárias às suas demandas sociais, culturais e políticas” (Bonilla, 2010, p. 3). Na atual pesquisa, a intenção foi averiguar a presença de *fake news* nos conteúdos consumidos pelas crianças e, a partir de uma perspectiva de inclusão digital, direcioná-las a um caminho de questionamento e verificação da veracidade das informações recebidas.

Trabalhar na perspectiva da produção de conteúdo com as crianças, utilizando uma ferramenta de comunicação que elas desconheciam, com os propósitos definidos e alinhados, permitiu que elas assumissem o protagonismo na tomada de decisões e se apropriassem dessas tecnologias, evidenciando seus papéis enquanto cidadãos. Marcon (2015, p. 52) defende que “[...] a interatividade, a inteligência coletiva, a diversidade e a necessidade de se assumir como sujeito protagonista e produtor de conteúdos potencializa o exercício da cidadania na rede e invalida o modelo de reprodução e consumo”. Dessa forma, os estudantes puderam envolver-se em uma nova perspectiva tecnológica, que vai muito além da recreação e lazer.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Quando se fala na formação do indivíduo, a escola mostra-se como um dos principais meios para auxiliar no desenvolvimento de um ser humano capaz de agir e transformar a sociedade. Sob esse aspecto, é importante que os diálogos acerca da educação inclusiva sejam fortalecidos de forma que a diversidade seja valorizada, e que as diferentes formas de viver e compreender o mundo sejam assimiladas, visando garantir a igualdade na aprendizagem e a participação social dos indivíduos. Este artigo buscou desenvolver uma produção de conteúdo digital com crianças autistas, a partir do Modelo Social da Deficiência, garantindo práticas escolares menos discriminatórias e excludentes. Nesse viés, as crianças participantes da pesquisa foram compreendidas nas suas especificidades, de forma que pudessem criar, agir e transformar a realidade atual com o uso das TDR.

Além disso, diante das movimentações da sociedade contemporânea em relação às TDR, a escola precisa também ser inclusiva digitalmente. Processos de inclusão digital podem resultar em ações que atribuem protagonismo ao estudante, estimulando a produção de conteúdo e colocando-os como participantes ativos nas redes, oportunizando uma apropriação crítica das tecnologias. Sobre essa questão, os processos de inclusão das tecnologias em ambientes escolares precisam ser fortificados, por intermédio de políticas públicas que ofereçam formação aos profissionais envolvidos e propiciem espaços adequados, com os recursos necessários para tal.

Dessa forma, o objetivo central do projeto sobre a conscientização dos adventos das *fakes news* voltado ao público infantil, fazendo uso das mídias digitais pelas crianças autistas para a construção de conteúdo digital no *YouTube*, foi atingido. Essa prática de inclusão digital trouxe novas possibilidades de participação em rede pelas crianças autistas, ressignificando o papel desses

estudantes, que, de certa forma, puderam se apropriar das tecnologias em uma perspectiva ativa e colaborativa, perpassando hábitos de consumo pautados na recreação e lazer.

Em relação à proliferação das notícias falsas nas redes e à importância em educar sobre o combate às *fake news* e sua identificação, o vídeo resultante do projeto teve relevância para conscientizar as crianças autistas sobre o assunto, na intenção de capacitá-las para verificar a credibilidade das informações e atentar-se aos sinais de manipulações presentes no universo digital, fortalecendo também o posicionamento crítico desses estudantes, tornando-os cidadãos conscientes e capazes de contribuir com uma sociedade mais responsável, mais informada e democrática. Além disso, o produto oriundo da pesquisa permanece disponível na plataforma *YouTube* como possível recurso pedagógico de acesso público.

REFERÊNCIAS

ALLCOTT, Hunt; GENTZKOW, Matthew. Social Media and *Fake news* in the 2016 Election. **Journal of Economic Perspectives**, [s. l.], v. 31, n. 2, p. 211–236, 2017. Disponível em: <https://www.aeaweb.org/articles?id=10.1257/jep.31.2.211>. Acesso em: 29 jun. 2023.

BAPTISTA, Claudio Roberto. Ação pedagógica e educação especial: para além do AEE. In: JESUS, Denise Meyreles de; BAPTISTA, Claudio Roberto; CAIADO, Katia Regina Moreno. (orgs.). **Prática pedagógica na educação: multiplicidade do atendimento educacional especializado**. São Paulo: Junqueira & Marin Editores, 2013. p. 43–61.

BONILLA, Maria Helena Silveira. Políticas públicas para inclusão digital nas escolas. **Revista Motrivivência**, Santa Catarina, n. 34, p. 40–60, 2010. Disponível em: <https://doi.org/10.5007/%25x>. Acesso em: 29 jun. 2023.

DINIZ, Débora. **O que é deficiência**. 1. ed. Tatuapé/SP: Editora Brasiliense, 2007.

FANTIN, Monica; GIRARDELLO, Gilka. Diante do abismo digital: mídia-educação e mediações culturais. **Revista Perspectiva**, Florianópolis, v. 27, n. 1, p. 69–96, jan./jun. 2009. Disponível em: <https://pdfs.semanticscholar.org/2e13/168a52113368Super-homem059ddd32fdaSuper-homem6030Coringaca4.pdf>. Acesso em: 28 jun. 2023.

FERREIRA, Marcelo Santana; MORAES, Marcia. **Políticas de pesquisa em psicologia social**. 1. ed. Rio de Janeiro: Editora e Papéis Nova Aliança Eireli EPP, 2016.

GERHARDT, Tatiana Engel; SILVEIRA, Denize Tolfo (orgs.). **Métodos de Pesquisa**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009.

GLAT, Rosana; PLETSCHE, Márcia Denize; FONTES, Rejane de Souza. Educação inclusiva & educação especial: propostas que se complementam no contexto da escola aberta à diversidade. **Revista em Educação**, Santa Maria, v. 32, n. 2, p. 343–356, 2007. Disponível em: <https://periodicos.ufsm.br/reveducao/article/view/678>. Acesso em: 26 jun. 2023.

GOEDERT, Lidiane; ARNDT, Klalter Bez Fontana. Mediação pedagógica e educação mediada por tecnologias digitais em tempos de pandemia. **Revista Criar Educação**, Criciúma, v. 9, n. 2, p. 104–121, 2020. Disponível em: <http://periodicos.unesc.net/criaredu/article/view/6051>. Acesso em: 15 jun. 2023.

GOMÉZ, Guillermo Orozco. Educação para os meios e práticas de recepção midiática. **Comunicação & Informação**, Goiânia, v. 1, n. 2, p. 310–319, 1998. Disponível em: <http://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/65498>. Acesso em: 15 jun. 2023.

GUGEL, Maria Aparecida. **A pessoa com deficiência e sua relação com a história da humanidade**. [2007]. Disponível em: http://www.ampid.org.br/ampid/Artigos/PD_Historia.php. Acesso em: 16 jun. 2023.

JANUZZI, Gilberta de Martino. **A educação do deficiente no Brasil: dos primórdios ao início do século XXI**. 2. ed. Campinas/SP: Editora Autores Associados, 2006.

KITTAY, Eva Feder. The Ethics of Care, Dependence, and Disability. **Ratio Juris**, [s. l.], v. 24, n. 1, p. 49–58, 2011. Disponível em: <http://evafederkittay.com/wp-content/uploads/2015/01/The-ethics-of-care.pdf>. Acesso em: 20 jun. 2023.

LEMOS, André. **A tecnologia é um vírus: pandemia e cultura digital**. 1. ed. Porto Alegre: Sulina, 2021.

LEMOS, André. Dogmas da inclusão digital. **Correio Braziliense**, Brasília, DF, 13 dez. 2003. Disponível em: www.facom.ufba.br/ciberpesquisa/andrelemos/inclusao.pdf. Acesso em: 14 jun. 2023.

LÉVY, Pierre. **Cibercultura**. 3. ed. São Paulo: Editora 34, 2010.

MAIOR, Izabel Madeira de Loureiro. Movimento político das pessoas com deficiência: reflexões sobre a conquista de direitos. **Revista Inclusão Social**, Brasília, DF, v. 10, n. 2, p. 28–36, jan./jun. 2017. Disponível em: <http://revista.ibict.br/inclusao/article/view/4029>. Acesso em: 26 jun. 2023.

MALAGGI, Vitor. Tecnologia em tempos de pandemia: a educação a distância enquanto panaceia tecnológica na educação básica. **Revista Criar Educação**, Criciúma, v. 9, n. 2, p. 51–79, 2020. Disponível em: <http://periodicos.unesc.net/criaredu/article/view/6052>. Acesso em: 15 jun. 2023.

MARCON, Karina. **A inclusão digital na formação inicial de educadores a distância: estudo multicase nas universidades abertas do Brasil e de Portugal**. 2015. 252 f. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2015.

MARCON, Karina. **Processos educativos e comunicacionais na cibercultura: explorando ações de inclusão digital**. 2008. 165 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade de Passo Fundo, Passo Fundo, 2008.

MELLO, Anahí Guedes de. **Gênero, deficiência, cuidado e capacitismo: uma análise antropológica de experiências, narrativas e observações sobre violências contra mulheres com deficiência**. 2014. 262 f. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2014.

MORAES, Marcia. PesquisarCOM: política ontológica e deficiência visual. *In*: MORAES, Marcia; KASTRUP, Virginia. **Exercícios de ver e não ver: arte e pesquisa com pessoa com deficiência visual**. Rio de Janeiro: Nau Editora, 2010.

PRODANOV, Cleber Cristiano; FREITAS, Ernani Cesar. **Metodologia do trabalho científico:** métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico. 2. ed. Novo Hamburgo: Feevale, 2013.

RAABE, André Luis Alice; RIBEIRO, Mirian R. P. A relação mídia-educação e o desafio atual de educar para os meios. **Revista Ação Midiática**, Curitiba, n.11, p. 143–158, 2016. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/acaomidiatica/article/view/40916/28473>. Acesso em: 28 jun. 2023.

SILVA, Henrique de Lima Baena da. **Crianças autistas e mídias digitais:** a produção de conteúdo no YouTube. 2022. 128 f. Dissertação (Mestrado em Educação Inclusiva) – Universidade do Estado de Santa Catarina, Santa Catarina, 2022.

SILVA, Solange Cristina da *et al.* Perfil acadêmico dos estudantes com transtorno do espectro autista no ensino superior matriculados em 2016. **Revista Educação Especial**, Santa Maria, RS, n. 31, p. 1–32, 2019. Disponível em: <https://periodicos.ufsm.br/educacaoespecial/article/view/37699>. Acesso em: 27 jun. 2023.

SILVA, Solange Cristina da; GESSER, Marivete; NUERNBERG, Adriano Henrique. A contribuição do modelo social da deficiência para a compreensão do Transtorno do Espectro Autista. **Revista Educação, Artes e Inclusão**, Florianópolis, v. 15, n. 2, p. 187–207, jun. 2019. Disponível em: <https://www.revistas.udesc.br/index.php/arteinclusao/article/view/12897>. Acesso em: 27 jun. 2023.

SILVA, Solange Cristina da; LOUZEIRO, Rita. A inclusão de autistas na escola regular: a contribuição da ética do cuidado na prática pedagógica. *In:* SILVA, Solange Cristina da; BECHE, Rose Clér Estivaleta; COSTA, Laureane Marília de Lima. **Estudos da Deficiência na Educação:** anticapacitismo, interseccionalidade e ética do cuidado. Florianópolis: UDESC, 2022. p. 234–259.

TEIXEIRA, Adriano Canabarro. **Formação docente e inclusão digital:** a análise do processo de emersão tecnológica de professores. 2005. 126 f. Tese (Doutorado em Informática na Educação) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2005.

Recebido em: 19 de fevereiro de 2024

Aprovado em: 25 de abril de 2024